

PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA

ATA DE RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO 01

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas, a Comissão Permanente de Licitações, na pessoa de seu Presidente, Ronerson Bueno, acompanhado dos demais membros, reuniram-se para o ato de análise e julgamento da impugnação interposta pela empresa **PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP** contra o edital de pregão presencial nº 10/2015, para aquisição de medicamentos, da SMS, da Prefeitura Municipal de Vacaria/RS.

A impugnação interposta no dia 06/02/2015, em apertada síntese pretende:

a) O recebimento da presente impugnação para que o “*Edital seja alterado, excluindo-se a exclusividade para as ME/EPP, para haver participação de maior número de licitantes, e, conseqüentemente, a possibilidade de adquirir os medicamentos de melhor qualidade e com menor preço*”.

A Comissão à vista dos autos, passa a tecer as seguintes considerações:

1 – Preliminarmente, para excluir ou modificar uma cláusula, antes se faz necessário verificar se, realmente, a mesma está incorreta, restritiva ou ilegal;

2 - Faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento da contratação de serviços e aquisição dos produtos, a serem prestados e adquiridos para o Município;

3 – Com base nos autos, a Comissão passa a tecer as seguintes considerações:

O recurso vai de encontro, afrontando, diretamente com o contido na LC 123/06 alterada pela LC 147/14, não merecendo prosperar, pois tenta derrubar ou deturpar o que o Artigo 47 traz enfaticamente, senão, vejamos:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, **deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado** para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. *(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)*

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014)

Conforme o dispositivo, imposto pela LC 147/14, foi aniquilada eventual dúvida que havia para muitos em relação à aplicação da LC 123/06 (no tocante à obrigatoriedade ou

facultatividade de se materializar os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte). A nova lei é assertiva e impositiva ao estabelecer políticas de condições especiais às microempresas e empresas de pequeno porte. A retirada da expressão “poderá” por “deverá” ser concedido tratamento diferenciado, passou de facultativo para obrigatório o caráter desta diretriz.

Primeiramente cabe salientar que todo e qualquer edital realizado pelo Município advém de orçamentos prévios, requisito exigido pela Lei de Licitações, que não deixam que a Comissão adjudique produtos/materiais/equipamentos/serviços superfaturados. Desta forma, não prosperam alegações de que o Município possa adquirir produtos superfaturados, de qualidade ou desvantajosos.

Segundo, apesar de, não só no caso de medicamentos, mas em qualquer outro ramo, existirem fabricantes, atacadistas e distribuidores com preços mais vantajosos do que meros laboratórios e lojas de varejo, o espírito da LC 147/14 que alterou a LC 123/06 é justamente o de fomentar o crescimento das Micro e Pequenas Empresas, mesmo que em detrimento de eventual “economia” por parte da Administração Pública. Desta forma, o princípio da busca pela proposta mais vantajosa fica restrito ao nicho de MEs, EPPs e equiparadas, estabelecido pelas já referidas leis, não ferindo assim o preceito da menor despesa.

Novamente salientamos que a LC147/14, ao retirar a expressão “desde que previsto em regulamento na legislação do respectivo ente”, com a inclusão de um parágrafo único, tornou autoaplicável em todas as esferas, a utilização da Lei Federal, enquanto não sobrevier Lei Estadual, Municipal ou regulamento específico de cada órgão, mais favorável. O objetivo foi fazer com que os demais entes federados não alegassem impossibilidade de implantar as políticas por falta de legislação local. Para corroborar ainda mais o explicitado, foi revogado o inciso I do Artigo 49 que exigia a previsão expressa do tratamento diferenciado nos editais. Com a revogação do inciso I, abriu-se a possibilidade do pleito do benefício por parte do interessado, independentemente de previsão no edital, apesar do nosso conter a previsão.

Como a própria empresa ora impugnante afirmou em seu recurso, “A avaliação da Administração Pública, acerca da presença dos requisitos supramencionados, ocorrerá, na prática, quando os licitantes interessados se apresentarem ao certame. Só nessa oportunidade, portanto, será possível constatar a satisfação das exigências legais justificadoras do excepcional tratamento privilegiado a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte”. O que queremos orientar com a reprodução deste excerto é que, realmente, não se pode aferir prejuízo ou verifica-lo, sem que antes se faça, ao menos uma vez, a licitação “exclusiva”, nos moldes, conforme orienta e dita a Lei 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14.

Cai por terra, desta forma, alegações de que teríamos prejuízos na limitação de participação das Micro e Pequenas empresas nos editais e a falta de comprovação de participantes locais, pois não tem como avaliar prejuízos sem antes realizar pelo menos um edital na forma que a Lei orienta, além de que a Lei fala em no mínimo “três fornecedores locais ou regionais”, sendo que nossa região pertence a Caxias do Sul/RS, uma das maiores cidades do Rio Grande do Sul, mesma distância das cidades de Passo Fundo/RS e Lages/SC, outras duas cidades de porte médio.

Destarte, apenas para não pretender ser os únicos donos da razão, esta Comissão entrou em contato com o TCE/RS, no dia 04/02/2015, às 10h, com o Auditor Público Externo Eduviges Rogério de Souza, Coordenador da Consultoria Técnica do Tribunal, para tratar do mesmo assunto e nos elucidar ainda mais sobre as questões levantadas, o qual opina pela manutenção da exclusividade, bem como o atendimento fiel as LCs 147/14 e 123/06.

O respeitável Auditor esclarece ainda que - somente no caso de uma licitação deserta (caso em que não aparecem interessados), poderia ser pensada a hipótese de uma segunda licitação aberta as demais empresas de Médio e Grande porte, justificadamente, respeitadas as condições do edital anterior.

Sem querer aplicar insistentemente a mesma tautologia, não precisamos repetir que a Lei alterou a faculdade do poderá para a obrigatoriedade do deverá ser dado tratamento diferenciado e simplificado as Micro e Pequenas empresas.

Após as considerações, encaminham-se os autos para o Sr. Prefeito Municipal, para que delibere sobre o parecer da comissão, decidindo sobre a retificação ou manutenção do edital.

A íntegra desta ata encontrar-se-á disponível, também, no site do Município, pelo endereço www.vacaria.rs.gov.br. Nada mais havendo a relatar, encerrou a sessão.



*Acolho parecer da Comissão de
licitação e determino a continuidade
do processo.*

10/2/15
